

## **Governo quer estudar nova classe média e evitar riscos de empobrecimento**

---

**Gilberto Costa**

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) promove, no dia 8 de agosto, em Brasília, o seminário Políticas Públicas para uma Nova Classe Média. A presidente Dilma Rousseff fará a abertura do evento que reunirá especialistas em políticas sociais.

O governo quer aumentar o conhecimento sobre a população que mais ascendeu economicamente na última década no Brasil. “Precisamos saber quem é, e ter números”, explicou o ministro-chefe da SAE, Moreira Franco, que espera uma definição universal sobre a composição da chamada nova classe média, inclusive das faixas de renda per capita do segmento.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), 39,5 milhões de pessoas entraram na classe C nos últimos dez anos e 18 milhões saíram da pobreza extrema. O Brasil tem atualmente mais de 94 milhões de pessoas consideradas de classe média, mais da metade da população.

O conhecimento sobre a nova classe média pode viabilizar a formatação de novas políticas sociais, que, além da ascensão, viabilize a manutenção da população nos estratos sociais com maior renda e melhor qualidade de vida. “Precisamos formular políticas que não só evitem o retorno e também abram perspectivas de avanço”, destacou o ministro.

Para Moreira Franco, a nova classe tem alto poder de consumo e é o principal motor do mercado interno, fator que pode ser importante para o país em momento de crise econômica internacional.

Na avaliação do ministro, o aumento da classe média tem a ver com a valorização real do salário mínimo e o aumento da oferta de emprego. Conforme Moreira Franco, um dos efeitos do ganho de renda dos emergentes é que as pessoas estão investindo sua renda para melhorar a formação profissional ou a escolarização dos filhos, afirmou lembrando a abertura das escolas particulares na periferia.

Apesar dos avanços, o ministro avalia que educação continua sendo um gargalo nacional e atribui a situação à cultura política no Brasil. “Não há nenhum movimento político reivindicando qualidade do ensino”, lembrou. “Não faz parte da necessidade intrínseca e fundamental, como faz parte da cultura do coreano ou do chinês. Eles se dedicam àquilo, aqui ainda não”.